



REDAÇÃO FINAL

Assunto: Redação Final da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças ao PL 037/2019, de Autoria do Poder Executivo.

Na forma do Regimento Interno desta Casa de leis, com fulcro em seu art. 49, IV e no uso das prerrogativas inerentes ao Mandato Parlamentar em exercício e no cumprir das atribuições das Comissões Permanentes, os vereadores membros da Comissão de Orçamento e Finanças vêm por meio deste encaminhar Redação Final ao Projeto de Lei 037/2019 para deliberação, nos seguintes termos:

INÍCIO:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 037/2019 - SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, NA FORMA QUE INDICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita do Município de SÃO GONÇALO DO AMARANTE para o exercício financeiro de 2020, no montante de R\$



343.700.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS) e fixa a Despesa em igual valor, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração direta e indireta a ele vinculados, bem como instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Parágrafo Único - As categorias econômicas e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômicas (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programáticas (Programas).

Título II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente é estimada em R\$ 343.700.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS), desdobrada nos seguintes agregados:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 252.384.700,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS MILHÕES TREZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS REAIS).

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 91.315.300,00 (NOVENTA E UM MILHÕES TREZENTOS E QUINZE MIL E TREZENTOS REAIS).

Art. 3º - As receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo I desta Lei.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

Art. 4º - A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do Anexo II desta mesma Lei.

Capítulo II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Art. 5º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 343.700.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS MILHÕES E SETECENTOS MIL REAIS), desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2020, nos seguintes agregados:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 242.996.900,00 (DUZENTOS E QUARENTA E DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS).

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 100.703.100,00 (CEM MILHÕES, SETECENTOS E TRÊS MIL E CEM REAIS).

Parágrafo Único - Do montante fixado no inciso II, deste artigo, para o Orçamento da Seguridade Social a quantia de R\$ 9.387.800,00 (NOVE MILHÕES, TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL E OITOCENTOS REAIS), será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

Art. 6º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos que se encontram em fase de execução, em conformidade com a supracitada LDO - que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020.

Capítulo III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos III e IV desta Lei.

Capítulo IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

Art. 8º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei, utilizando como fontes de recursos o que abaixo se discrimina, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei n.º 4.320/64:

I - até o limite de 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada no Caput do Art. 5.º desta Lei, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, através da transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma mesma categoria de programação, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, de modo a cobrir as insuficiências doutras Dotações Orçamentárias:

- a) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- b) Reserva de Contingência.

II - superávit financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - do provável de excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em bases constantes.

Art. 9.º - As movimentações realizadas nas fontes de recursos, dentro da mesma programação orçamentária, que não modifiquem as dotações orçamentárias originalmente fixadas na LOA e em suas alterações posteriores (créditos adicionais), não compreenderão o limite previsto no art. 8.º, inciso I, até o montante de seu valor fixado nesta Lei.

Parágrafo Único - Não será contabilizado para efeitos do limite autorizado no art. 8.º, inciso I desta Lei, quando o crédito se destinar a:

I - incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1.º, inciso I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - incorporação do excesso de arrecadação, nos termo do § 1.º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 10 – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Título III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo Único

Art. 11 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, Operações de Crédito nas espécies limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, em especial na Lei Complementar n.º 101 – Lei de Responsabilidade/LRF, de 04 de maio de 2000, mediante lei específica.

Art. 12 - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo fixará, através de decreto, o Detalhamento da Despesa por elemento de gasto das Atividades e Projetos correspondentes aos respectivos programas de trabalho, das Unidades Orçamentárias.

Art. 14 – Através de decreto, o Chefe do Poder Executivo Municipal fixará o Cronograma de Desembolso Financeiro das diversas unidades orçamentárias.

Art. 15 – Os Créditos Adicionais Especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2019 e reabertos nos limites de seus saldos, conforme §2º do artigo 167, da Constituição Federal, obedecerão à codificação constante desta Lei.

Art. 16 – As metas fiscais de receita, despesa, resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Contabilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

Art. 17 – As Ações, os Programas e seus respectivos valores constantes deste projeto de lei, no que couber, serão recepcionados pela Lei do Plano Plurianual do quadriênio 2018 a 2021 que deverá sofrer as alterações necessárias para



compatibilização com esta Lei e suas alterações efetivadas mediante créditos adicionais.

Art. 18 – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

FIM

São Gonçalo do Amarante/CE, aos 18 dias de fevereiro de 2020.

Ailson Ferreira Frota Filho

Ailson Ferreira Frota Filho

Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças/CMSGA

Francisco Magno Martins de Brito

Francisco Magno Martins de Brito

Partido da Mulher Brasileira – PMB

Membro

José Wanginaldo de Góis

José Wanginaldo de Góis

Líder de Bloco (PDT-PV-PMB)

Membro

Governo Municipal de São Gonçalo do Amarante
 ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 2020 - Consolidado

Em R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES
 E DAS DESPESAS POR USOS

F O N T E S		U S O S	
Receitas Correntes	343.223.500,00	Câmara Mun. de São Gonçalo do Amarante	10.600.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhor	93.882.000,00	Secretaria do Governo	21.080.500,00
Contribuições	7.750.000,00	Sec.Planejamento,Administração e Gestão	7.552.000,00
Receita Patrimonial	9.134.100,00	Secretaria de Finanças	9.857.000,00
Receita de Serviços	86.500,00	Sec de Contr, Ouvidoria e Transparência	1.001.000,00
Transferências Correntes	231.092.000,00	Secretaria da Educação - FME	100.125.340,00
Outras Receitas Correntes	1.278.900,00	Secretaria da Saúde - FMS	69.792.800,00
Receitas de Capital	20.253.900,00	Secretaria do Desenvolvimento Econômico	2.965.000,00
Transferências de Capital	20.253.900,00	Secretaria do Trabalho e Desenv. Social	9.679.160,00
Receitas Correntes - intra	7.807.000,00	Secretaria da Infra estrutura	15.169.000,00
Contribuições - intra	7.807.000,00	Secretaria do Desenv Agrário e Rural	3.650.000,00
Deduções de Receita	-27.584.400,00	Secretaria de Juventude e Esporte	6.714.300,00
Deduções do FUNDEB	-27.584.400,00	Secretaria de Cultura	4.716.000,00
Receitas Correntes - retif. - Fundeb	-27.584.400,00	Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo	52.211.400,00
Transferências Correntes - retif. -	-27.584.400,00	Secretaria Regional do Pecém	5.440.000,00
		Depart. Mun. de Trans.,Transp. e Rodovia	2.629.500,00
		Instituto de Previdência dos Servidores	19.617.000,00
		Reserva de Contingência	900.000,00
TOTAL GERAL	343.700.000,00	TOTAL GERAL	343.700.000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.